



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141443 - MG (2021/0013166-4)

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE** : MATHEUS CARNEIRO PACHECO (PRESO)  
**ADVOGADO** : CLEANE ROCHA ARAÚJO - MG067517  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**CORRÉU** : ADRIANO OLIVEIRA MOTA  
**CORRÉU** : ARILSON ALVES DE SOUZA  
**CORRÉU** : CAIO ITALO ALVES DE OLIVEIRA  
**CORRÉU** : DAIANE DE SOUZA LIMA  
**CORRÉU** : DANIEL RIBEIRO DE OLIVEIRA  
**CORRÉU** : DAVID ALVES DE SOUZA  
**CORRÉU** : ESLEY DA SILVA MATOS  
**CORRÉU** : EZAQUIEL PEREIRA DE SOUZA  
**CORRÉU** : JOSE LUCAS DE OLIVEIRA BARBOSA  
**CORRÉU** : MONICA ALVES MACHADO  
**CORRÉU** : RENATA PEREIRA DE SOUZA  
**CORRÉU** : ROBERTH ALLAN PEREIRA DA MOTA  
**CORRÉU** : SERGIO GONCALVES LEITE  
**CORRÉU** : THIAGO FERREIRA CHAVES  
**CORRÉU** : VINICIUS ALVES OLIVEIRA  
**CORRÉU** : WALTER GUEDES MAGALHAES JUNIOR

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MATHEUS CARNEIRO PACHECO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.531800-9/000).

O recorrente foi preso em flagrante em 13.02.2020, em razão da suposta prática do crime de tráfico de drogas. A custódia foi convertida em preventiva, com base no art. 312 do Código de Processo Penal, para a garantia da ordem pública.

Sustenta o insurgente o excesso de prazo na formação da culpa, pois está custodiado desde 13.02.2020, sem previsão para a audiência de instrução e julgamento, em violação do princípio da razoável duração do processo.

Alega que é primário, sem antecedentes criminais e tem menos de 21 anos de idade, sendo devida a revogação da prisão preventiva.

Destaca a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar, pois não atendidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, sendo inadmitida a segregação antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura para que possa ser colocado em liberdade. No mérito, pleiteia o provimento do recurso para que seja confirmada a liminar pleiteada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que diz respeito à aventada ilegalidade da prisão preventiva, verifica-se que a matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior

Tribunal de Justiça não pode delas conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO A29.96 A29.96 A5 HC 640221 2021/0013946-8 Documento Página 1 RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. [...] 3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância. 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

No mais, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência